



Processo: 0608517 Data: 13/06/2017
SEC DOS DIR HUMANOS, HABITAÇÃO E A S
PREGÃO PRESENCIAL

CONTRATO Nº 004/2017 - SDHAS QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA DE DOS DIREITOS
HUMANOS, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL -
SDHAS, E A EMPRESA CUNHA EDIFICAÇÕES E
CONSTRUÇÕES LTDA, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O
FIM QUE NELE SE DECLARA.

O MUNICÍPIO DE SOBRAL, por intermédio da sua **Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social**, inscrito no CNPJ sob o nº 07.598.634/0001-37, situado na rua Viriato de Medeiros, nº 1250, Centro, Sobral, Ceará, CEP: 62011-060, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Secretário, o senhor **Julio Cesar da Costa Alexandre**, casado, portador do RG nº 92004043822, inscrito no CPF/MF sob o nº 317.483.843-68, domiciliado e residente na rua José Inácio, nº 284, Centro, Sobral, Ceará, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **CUNHA EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**, com sede na rua Valdemar Aristide dos Santos, 103, Monte Castelo, Ubajara/CE, CEP.: 62350-000, Fone, 88-96698989, inscrita no CNPJ sob o nº 09.009.594/0001-76, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr. **Rafael dos Santos Cunha**, portador do RG nº 2001028090631 e do CPF nº 000.084.483-70, residente e domiciliado na rua José Rufino Pereira, 320, Centro, Ubajara/CE, tem entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento a **Adesão a Ata de Registro de Preços do Edital do Pregão Presencial nº 128/2016 da Secretaria de Educação do Município de Sobral**, e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital do Pregão Presencial nº **128/2016**, e seus anexos, e à proposta da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato o **Registro de Preços para futuras e eventuais serviços de manutenção e pequenos reparos e serviços de manutenção hidráulica e elétrica a serem executados nos prédios e anexos da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social, com fornecimento de mão de obra e materiais necessários, constante na Tabelas Unificadas da SEINFRA 024.1- Tabela de Planos de Serviços e Tabela de Preço de Insumos, que se encontram disponíveis nos site www.seinfra.ce.gov.br e www.der.ce.gov.br, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no anexo I deste Edital e na proposta da **CONTRATADA**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no anexo I do Edital e na proposta da **CONTRATADA**.**

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. A entrega do objeto dar-se-á sob a forma parcelada nos termos estabelecidos na Cláusula Décima do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

5.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais), correspondendo ao LOTE 01 do Edital, abrangendo os serviços de manutenção e pequenos reparos, sob demanda, a serem executados nos prédios e anexos com o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários, estando incluído os serviços da Tabela Unificada da SEINFRA – Tabela de Planos de Serviços e Tabela de Preços de Insumos, com EXCEÇÃO dos itens 16, 17, 18 e 27 da tabela.

5.2. Os preços são firmes e irrevogáveis.

5.3 Os serviços serão prestados e orçados de acordo com a tabela vigente no período das solicitações por parte da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Após a execução de cada serviço, devidamente atestado pelo técnico encarregado da Secretária dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social, a CONTRATADA deverá apresentar a fatura dos respectivos serviços e/ou materiais executados, para que seja emitida a Nota de Empenho, a qual será encaminhada para a CONTRATADA para emissão da nota fiscal e as devidas Certidões Negativas de Débitos, para que o pagamento seja efetuado.

6.2. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante depósito na conta bancária preferencialmente no Banco do Brasil S.A ou na Caixa Econômica Federal indicada pelo LICITANTE VENCEDOR, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao dia da realização dos serviços, condicionadas à apresentação das notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor do contrato, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação vigente, observada ainda, quando for o caso, a aplicação do artigo 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.

6.3. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 128/2016.

6.5. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.5.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em Cartório. Caso a documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.7. Serão descontados da fatura os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

6.8. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos:

23.01.08.122.0426.2.256.3.3.90.39.00
23.01.08.243.0416.2.257.3.3.90.39.00
23.01.08.244.0416.2.258.3.3.90.39.00
23.02.08.243.0156.2.260.3.3.90.39.00
23.02.08.244.0155.2.261.3.3.90.39.00
23.02.08.244.0155.2.262.3.3.90.39.00
23.02.08.244.0156.2.263.3.3.90.39.00
23.02.08.244.0156.2.264.3.3.90.39.00
23.02.08.244.0416.2.265.3.3.90.39.00
23.02.08.244.0416.2.266.3.3.90.39.00
23.02.08.244.0416.2.268.3.3.90.39.00
23.02.08.244.0416.2.269.3.3.90.39.00
23.03.08.243.0134.2.259.3.3.90.39.00

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O contrato decorrente deste processo de Adesão à Ata de Registro de Preço nº 128/2016 terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data da sua publicação.

8.2. Com fundamento no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993 e tendo em vista que o objeto deste Termo de Referência se caracteriza como serviços de natureza contínua, o contratado decorrente deste processo poderá ser prorrogado nos limites legais permitidos em Lei, por iniciativa da Administração Pública.

8.3. Todo serviço demandado pela Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social deverá ser executado nos imóveis e unidades da secretaria ou em qualquer outro local onde funcionem os projetos e ações ligados a referida Secretaria, livre de quaisquer ônus.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Cada serviço executado deverá ter garantia de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento de Serviços.

CLAÚSULA DÉCIMA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, e nas condições previstas nos subitens seguintes.

10.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

10.3 Quanto à entrega:

10.3.1. Executar o serviço licitado em conformidade com as especificações e características descritas neste Termo de Referência e de acordo com o solicitado pela Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social.

10.4. O licitante adjudicatário deverá providenciar o imediato afastamento, quando solicitado pela CONTRATANTE, de qualquer funcionário que esteja executando algum serviço demandado, que esteja conduzindo de modo incompatível com o exercício de suas funções.

10.5. O licitante adjudicatário é responsável por todo o pessoal utilizado nos serviços executados, respondendo pelos seus encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como deverá utilizar os seus próprios equipamentos e ferramentas de trabalho.

10.6. O licitante adjudicatário deverá comunicar, por escrito, a CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada.

10.7. O licitante adjudicatário fornecerá números de telefone fixo, celular, bip ou de qualquer outra modalidade de comunicação para a Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social.

10.8. O licitante adjudicatário deverá executar os serviços em consonância com as Normas e Recomendações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelo Caderno de Encargos do DER/SEINFRA, que obrigatoriamente o licitante adjudicatário deverá conhecer, e ainda as normas das concessionárias de serviços públicos locais, tais como: COELCE (ENEL), TELEMAR, SAAE, CAGECE, bem como o código do Município de Sobral em vigor.

10.9. O licitante adjudicatário deverá comparecer para executar os serviços até 24 (vinte e quatro) horas, após o chamado por parte da CONTRATANTE.

10.11. Quando se tratar de serviços emergenciais, o licitante adjudicatário deverá comparecer para execução dos serviços, até 04 (quatro) horas, após o chamado da CONTRATANTE.

10.12. Os serviços deverão ser executados, sempre que for necessário, com prévia autorização da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social, inclusive nos períodos de sábado, domingos ou feriados.

10.13. Sempre que o serviço for executado fora do horário de expediente normal, o licitante adjudicatário deverá informar o(s) nome(s) da(s) pessoa(s), que executarão os serviços, para que sejam tomadas as devidas providências, com relação ao acesso dos mesmos ao interior do imóvel onde o serviço será executado.

10.14. Os serviços só serão recebidos pela CONTRATANTE, depois de vistoriado pelo técnico responsável da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social, devidamente designado para esse propósito e mediante assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS emitido pelo licitante adjudicatário.

10.15. O fato de a CONTRATANTE inspecionar/fiscalizar os serviços executados pelo licitante adjudicatário não elimina, nem atenua as responsabilidades do mesmo.

10.16. O transporte e a alimentação do pessoal que irá executar os serviços deverão correr por conta do licitante adjudicatário.

10.17. Todo material necessário para a execução dos serviços, será fornecido pelo licitante adjudicatário, com aplicação do desconto contratado com base nas TABELAS UNIFICADAS SEINFRA – Tabela de Planos de Serviços e Tabela de Preço de Insumos em vigor à época dos serviços.

10.18. O BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) não poderá ser superior a 21,15% (vinte e um virgula quinze por cento) do serviço já aplicado o desconto.

10.19. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, e nas condições previstas nos subitens seguintes:

10.20. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

10.21. Quanto ao recebimento:

10.21.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

10.21.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e consequente aceitação das Notas Fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

10.21.3. Caso o material licitado não atenda às especificações exigidas ou apresente defeitos, não será aceito, sujeitando-se o fornecedor às penas contratuais e legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar/Fornecer o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

11.2. Manter-se durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

11.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução deste contrato.

11.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive às obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específica de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução deste contrato.

11.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.7 Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo de 5(cinco) dias contando com sua notificação.

11.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

11.9. Providenciar a substituição de qualquer empregado que esteja a serviço da contratante, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

11.10. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria nº 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Assegurar os recursos financeiros para o pagamento relativo ao objeto deste contrato.

12.2. Facilitar a CONTRATADA o acesso às informações necessárias à realização do serviço, bem como prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

12.3. A Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social comunicará, por escrito, a CONTRATADA toda e qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.

12.4. Aplicar as penalidades previstas no contrato e no edital da licitação, na hipótese da CONTRATADA não cumprir com o compromisso assumido, mantidas as situações normais, arcando o licitante com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à Administração.

12.5. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

12.6. Acompanhar, através de funcionário ou servidor, devidamente autorizado pela Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social, a execução de todo e qualquer serviço que está sendo realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução contratual será acompanhada pelo(a) senhor(a) **FRANCISCO DAS CHAGAS CAMPOS NETO** especialmente designado para este fim pela contratante de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

13.2. A Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social poderá recusar quaisquer serviços ou material, quando entender que os mesmos, estejam sendo executados em desacordo com o especificado, sempre que essa medida for necessária.

13.3. Os serviços executados deverão ser entregues dentro dos prazos estipulados pela Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social, em consonância entre o contratante e contratada,

considerando-se que as atividades normais desenvolvidas nos imóveis afetados ao Serviço Público Municipal não poderão sofrer paralizações de quaisquer espécies.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

14.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

1) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor total do contrato ou da parcela não cumprida, até o limite de 15% (quinze por cento) e multa de 10% (dez por cento) do valor global contratado, no caso de atraso injustificado no prazo da execução do contrato por período não superior a 30 (trinta) dias;

2) 10% (dez por cento) incidente sobre o valor total do contrato ou da parcela não cumprida, no caso de atraso injustificado no prazo da execução do contrato por período superior a 30 (trinta) dias;

3) 10% (dez por cento) sobre o valor global da contratação, no caso de desistência de realizar os fornecimentos devidos, com o consequente cancelamento da Nota de Empenho ou documento equivalente.

14.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Sobral, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14.2. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A inexecução do total ou parcial deste contrato por quaisquer dos motivos constantes no art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80 do mesmo diploma legal.

15.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

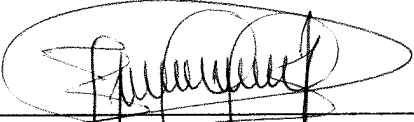
16.1. A publicação do extrato do presente contrato será providenciada pela CONTRATANTE, no Impresso Oficial do Município - IOM, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

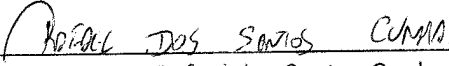
17.1. Fica eleito o Foro do município de Sobral do Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual extraíram-se 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Sobral – CE, 16 de junho de 2017.



Julio Cesar da Costa Alexandre
CONTRATANTE



Rafael dos Santos Cunha
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. OSUARA SANTOS DE OLIVEIRA LIMA
(nome da testemunha 1)

RG:
CPF: 622.202.923-04

2. M^a do Bicerominto R. Sampaio
(nome da testemunha 2)

RG: 980310233-24
CPF: 904482003-68

Visto:

Assessoria Jurídica da CONTRATANTE

criada a Comissão Julgadora do Edital de Chamamento Público nº 02/2017 - STDE. Art. 2º - A presente Comissão fará o acompanhamento, supervisão e julgamento dos Planos de Trabalho apresentados nos moldes desta Portaria, bem como do Edital de Chamamento Público nº 02/2017 - STDE e da legislação em vigor. § 1º A Comissão Julgadora do Edital de Chamamento Público nº 02/2017 será formada por 3 (três) membros nomeados pela SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO do Município a seguir discriminados: I - Samyra Rodrigues de Vasconcelos (Presidente) II - Francisca América Fernandes Rodrigues (membro) III - Thamara Magalhães Dias (membro) § 2º As atividades dos membros da Comissão não serão renunciadas. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DE SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À EXTREMA POBREZA, em 16 de junho de 2017. Raimundo Inácio Neto - Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Econômico.

SECRETARIA DO URBANISMO E MEIO AMBIENTE

ATO Nº 421/2017 - SEUMA - O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Artigo 66, Inciso II da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Municipal Nº 1607/2017 de 02 de Fevereiro de 2017, RESOLVE nomear a Sra. MONIQUE QUINTO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE TÉCNICO III, DA CELULA DE VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS, simbologia DAS - 03, da Secretaria do Urbanismo e Meio Ambiente, a partir de 01 de junho de 2017. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 13 de junho de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito do Município de Sobral - MARÍLIA GOUVEIA FERREIRA LIMA - Secretária do Urbanismo e Meio Ambiente.

SECRETARIA DO ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATO Nº 408/2017 - SEFIN - O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Artigo 66, Inciso II da Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Municipal Nº 1.607 de 02 de fevereiro de 2017, RESOLVE nomear o RODOLPHO ARAÚJO DE MORAIS, para ocupar o cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE TÉCNICO I, Simbologia DAS-1, da SECRETARIA DO ORÇAMENTO E FINANÇAS, a partir do dia 01 de junho de 2017. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 08 de junho de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito de Sobral - RICARDO SANTOS TEIXEIRA - Secretário do Orçamento e Finanças.

CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE SOBRAL

EXTRATO DE ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PROCESSO Nº 0608517. ADESAO Nº 005/2017. O Secretário dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social do Município de Sobral comunica o resultado da Adesão à Ata de Registro de Preços Nº 128/2016, vinculada ao Pregão Presencial Nº 128/2016, da Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Sobral/CE. A adesão (Nº005/2017) tem como objeto serviços de manutenção e pequenos reparos e serviços de manutenção hidráulica e elétrica com o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários, constantes nas Tabelas Unificadas da SEINFRA 024.1 - Tabelas de Planos de Serviços e Tabela de Preços de Insumos, para atender as necessidades urgentes das unidades vinculadas a Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social do Município de Sobral/CE, no valor global de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) junto às empresas CUNHA EDIFICAÇÕES CONSTRUÇÕES LTDA, com o valor de R\$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais) LOTE 01 e a empresa RICARDO JONAS DA SILVA ROSA com o valor de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais) LOTE 02, vencedoras no Processo Licitatório. Os recursos que garantem esta aquisição correrão por conta das Dotações Orçamentárias sob o Nºs: 2301.08.122.0426.2256.33903900; 2301.08.243.0416.2257.33903900; 2301.08.244.0416.2258.33903900; 2302.08.243.0156.2260.33903900; 2302.08.244.0155.2261.33903900; 2302.08.244.0155.2262.33903900; 2302.08.244.0156.2263.33903900; 2302.08.244.0156.2264.33903900; 2302.08.244.0416.2265.33903900; 2302.08.244.0416.2266.33903900; 2302.08.244.0416.2268.33903900; 2302.08.244.0416.2269.33903900; 2303.08.243.0134.2259.33903900. Sobral-Ceará, 16 de junho de 2017. Julio César da Costa Alexandre - Secretário dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2017 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, representada pelo Secretário dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social o Sr. Julio César da Costa Alexandre. CONTRATADO: CUNHA EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, representada pelo Sr. Rafael dos Santos Cunha. OBJETO: Serviços de manutenção e pequenos reparos sob demanda, a serem executadas nos prédios e anexos com o fornecimento de mão-de-obra e

materiais necessários, estando incluído serviços da Tabela Unificada da SEINFRA - Tabela de Planos de Serviços e Tabela de Preços de Insumos, com EXCEÇÃO dos itens 16,17,18 e 27 da tabela. Referente a Adesão à Ata de Registro de Preços Nº 128/2016, vinculada ao Pregão Presencial Nº 128/2016 da Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Sobral/CE. VALOR: R\$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais), referente ao LOTE 01. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993. Sobral-Ceará, 16 de junho de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2017 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, representada pelo Secretário dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social o Sr. Julio César da Costa Alexandre. CONTRATADO: RICARDO J DA S ROSA ME, representada pelo Sr. Ricardo Jonas da Silva Rosa. OBJETO: Serviços de manutenção hidráulica e elétrica, sob demanda, a serem executadas nos prédios e anexos com o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários, incluindo apenas os serviços dos itens 16,17,18 e 27 de acordo com a Tabela de Planos de Serviços e Tabela de Preços de Insumos, conforme os itens: 16-instalação hidráulica; 17-Serviços Operacionais; 18-Inst. Elétrica, telefonia, lógica, som e sistemas de controle; 27-Sistemas de ar condicionado. Referente a Adesão à Ata de Registro de Preços Nº 128/2016, vinculada ao Pregão Presencial Nº 128/2016 da Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Sobral/CE. VALOR: R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais), referente ao LOTE 02. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993. Sobral-Ceará, 16 de junho de 2017.

SECRETARIA DA CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

XXI FESTIVAL DE QUADRILHAS JUNINAS DE SOBRAL, MUNICIPAL E ABERTO A OUTROS MUNICÍPIOS DA REGIÃO. MATERIALIZADO EM 03 (TRÊS) DIAS FESTIVOS: 29, 30 DE JUNHO E 1º DE JULHO DE 2017. REGULAMENTO 2017 - DA PARTICIPAÇÃO - Art. 1º - Só poderão participar Grupos de Quadrilhas Juninas com, no mínimo, 16 (dezesseis) pares de brincantes. Art. 2º - Poderão participar da Mostra Competitiva Grupos de Quadrilhas Juninas compostos por 80% de pessoas adultas, ou seja, a partir de 18 (dezoito) anos, e 20% de jovens a partir de 16 (dezesseis) anos. Art. 3º - O tempo de apresentação será de 35 (trinta e cinco) minutos para cada grupo da Mostra Competitiva, incluindo o casamento junino. Cada grupo da Mostra de Quadrilhas Juninas disporá de 20 (vinte) minutos para apresentação. Art. 4º - Fica estabelecido que o responsável pelo Grupo comunicará à Comissão Organizadora o início do casamento que será, no máximo, em 10 (dez) minutos. Após esse prazo o grupo será penalizado. Parágrafo Único - É de responsabilidade do Presidente da Mesa marcar o tempo de apresentação de cada Grupo de Quadrilha Junina, devendo informar ao representante do Grupo o tempo em intervalos de 10 (dez) minutos. O tempo total ao final de cada apresentação será registrado na planilha de votação. Art. 5º - O dia e horário de apresentação de cada quadrilha serão definidos previamente através de um sorteio contando com a presença de cada representante das quadrilhas da Mostra Competitiva. Fica definido que a última a se apresentar no primeiro dia foi a segunda colocada no Festival de Quadrilhas de Sobral em 2016 e a última a se apresentar no segundo dia foi a primeira colocada no Festival de Quadrilhas em 2016. Art. 6º - Os grupos da Mostra Competitiva aprovados pelo Edital, além da participação no Festival, deverão realizar uma apresentação em bairros e/ou distritos de Sobral, em programação definida pela Secretaria da Cultura, Juventude, Esporte e Lazer-SECJEL, a quem caberá o custeio de infraestrutura de som e transporte. Os Grupos da Mostra de Quadrilhas Juninas realizarão uma apresentação conforme sorteio. Art. 7º - A escolha do meio de apresentação da música a ser dançada no Festival fica a critério de cada Grupo de Quadrilha Junina, podendo ser grupo regional ao vivo ou por meio de pendrive, sendo de responsabilidade do grupo a qualidade do material e a entrega da mídia à equipe da mesa de som. Parágrafo Único - A organização do Festival não se responsabilizará pela liberação dos direitos autorais das músicas executadas pelos grupos, sendo esta responsabilidade de cada Quadrilha Junina. Art. 8º - O XXI Festival de Quadrilhas Juninas será realizado no seguinte formato, ou seja, no primeiro dia 29/06/2017 se apresentarão 04 (quatro) quadrilhas juninas competitivas e 03 (três) quadrilhas da mostra. No segundo dia, 30/06/2017, se apresentarão 04 (quatro) quadrilhas juninas competitivas e 03 (três) da mostra. Já no dia 1º/07/2017, será realizado o Festival Regional, quando se apresentarão as quadrilhas classificadas no primeiro e no segundo lugar do municipal, mais 05 (cinco) quadrilhas de todas as regiões do Ceará. DA COMISSÃO JULGADORA Art. 9º - A composição da Comissão Julgadora fica a critério dos organizadores do Festival, devendo ser composta obrigatoriamente por 01 (um) presidente e 05 (cinco) jurados. Os integrantes da Comissão Julgadora devem, obrigatoriamente, ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos e serem comprovadamente pessoas idôneas, com conhecimentos artísticos e culturais. Art. 10 - A composição da Comissão Julgadora deverá